



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA VITÓRIA ARAÚJO DA SILVA

**MUDANÇA INSTITUCIONAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA  
REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

João Pessoa

2023

MARIA VITÓRIA ARAÚJO DA SILVA

**MUDANÇA INSTITUCIONAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA  
REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado em formato de artigo  
científico como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em  
Relações Internacionais pela  
Universidade Federal da Paraíba.

**Orientador:** Dr. Pascoal Teófilo  
Carvalho Gonçalves

João Pessoa

2023

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586m Silva, Maria Vitória Araújo da.  
Mudança institucional e o desenvolvimento  
sustentável: uma revisão sistemática de literatura /  
Maria Vitória Araújo da Silva. - João Pessoa, 2023.  
33 f.

Orientação: Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves.  
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Mudança institucional. 2. Objetivos do  
Desenvolvimento Sustentável (ODS). 3. Revisão  
sistemática de literatura. 4. Metodologia PRISMA. I.  
Gonçalves, Pascoal Teófilo Carvalho. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

MARIA VITÓRIA ARAÚJO DA SILVA

**MUDANÇA INSTITUCIONAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:  
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

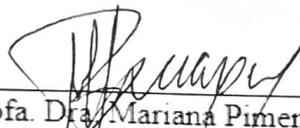
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 30 de outubro de 2023

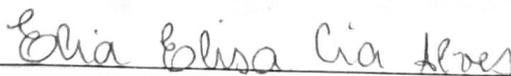
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves – (Orientador)  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profa. Dra. Mariana Pimenta Oliveira Baccarini  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profa. Dra. Elia Elisa Cia Alves  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

“Eu vi o mundo...ele começava no Recife”

Cícero Dias, 1926-1929

## AGRADECIMENTOS

Em meio ao enfrentamento de metade da graduação durante uma pandemia global, entre medos e expectativas de retornos para alguma forma de normalidade, finalizo essa etapa pessoal e profissional graças à resistência da ciência e ao Sistema Único de Saúde brasileiro pela minha vida e por proporcionar reconexões presenciais nos últimos anos.

Acima de tudo, sou profundamente grata aos meus pais – Ediezina Scarole de Araújo e Jailton Hercílio da Silva – pelos sacrifícios e todo o apoio infinito aos meus sonhos, pela esperança na educação transformadora e pela liberdade para sua única filha de 16 anos desbravar uma cidade desconhecida, sem vocês, nada disso teria sido possível. À minha vovó Berenice, em todos os abraços e almoços recebidos nas muitas idas e voltas que aconteceram nesses anos, você e todas as mulheres da nossa família são minha inspiração diária de fortaleza.

À Adrielle e Isolda, minhas melhores amigas. Obrigada por serem aquelas que permanecem e de quando tudo ficava mais complicado de ser segurado sozinha.

Aos meus companheiros de graduação e vida na Paraíba, pelos incontáveis cafés, fofocas, trocas e lamentações compartilhados. Em especial, gostaria de registrar publicamente minha gratidão à Alba, Romberg, Ulisses, Lara, Catharina e Raphael, muito obrigada por transformarem João Pessoa em sinônimo de casa nesses quatro anos e meio, vocês inspiram o meu melhor.

Ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, pela educação pública de qualidade ímpar. Aqui, pude sair da minha zona de conforto, seja na sala de aula, em atividades avaliativas, em monitorias, pesquisas ou extensões. Espero carregar comigo o senso crítico e o olhar indagador por onde for, dentro ou fora dos campos universitários. Na ocasião, agradeço também a todos os professores do Departamento que compuseram essa trajetória acadêmica com maestria no aprendizado e dedicação.

Ao meu orientador, Pascoal Gonçalves, pelos ensinamentos que tornaram a experiência da Iniciação Científica uma rede de oportunidades, mais ainda pela construção leve, participativa e encorajadora. Por fim, sou grata ao PEMI, GePar e GIPCI, aos quais despertaram e aprofundaram meus interesses acadêmicos, nestes espaços coletivos encontrei meu mundo dentro das RI muito mais perto do que jamais havia imaginado.

Ao imprevisível, onde moram as possibilidades.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo mapear e analisar a produção acadêmica sobre Mudança Institucional decorrente dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), por meio das bases Web of Science (WoS), Proquest e Scielo, entre os anos de 2008 e 2021. Segundo Cortell e Davis (2000), o impacto das normas internacionais inseridas em instituições domésticas perpassa por três searas: o campo discursivo de agentes políticos, seguido de mudanças nas instituições locais e, enfim, a formulação de políticas públicas. Nessa pesquisa investigamos a produção acadêmica existente sobre o segundo ponto, qual seja, as mudanças institucionais relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Fundamentada na metodologia de Revisão Sistemática de Literatura (RSL) PRISMA-Scr (*Prisma for Scoping Reviews*), a investigação bibliográfica ocorre com variáveis pré-definidas de análise, protocolos de coleta e sistematização e, a partir disso, cumpre o papel de observar o estado da arte em sua amplitude e, a partir disso, construir uma base diversa a ser explorada em estudos pósteros. Após a coleta, 36 artigos foram analisados e dispostos segundo métricas de ano, metodologia, orientação teórica primária e secundária, dimensão de sustentabilidade/ODS e marcadores de busca utilizados. A sistematização permitiu aos resultados uma visão panorâmica das pesquisas anteriores (2008-2015) e posteriores (2015-2021) aos ODS, bem como seu impacto multidisciplinar nos estudos internacionais das instituições e seus processos adaptativos. Como resultado, verificou-se uma predominância na agência civil nos processos de mudança ao Desenvolvimento Sustentável e ODS, embora ainda restrito a instituições majoritárias do Norte Global na produção analisada.

**Palavras-chave:** Mudança Institucional. ODS. Revisão Sistemática de Literatura. PRISMA.

## ABSTRACT

This research aims to map and analyze the academic production on Institutional Change resulting from the Sustainable Development Goals (SDGs), through the Web of Science (WoS), Proquest, and Scielo databases, between 2008 and 2021. According to Cortell and Davis (2000), the impact of international standards inserted into domestic institutions goes through three areas: the discursive field of political agents, followed by changes in local institutions, and, finally, the formulation of public policies. This research highlights the second point, which looks at the sustainable development in the Institutional Change literature. Based on the PRISMA-Scr (Prisma for Scoping Reviews) Systematic Literature Review (SLR) methodology, the bibliographic investigation takes place with pre-defined analysis variables, collection, and systematization protocols and, from this, fulfills the role of observing the state of the art in its breadth and, from this, building a diverse base to be explored in later studies. After collection, 36 articles were analyzed and arranged according to metrics such as year, methodology, primary and secondary theoretical orientation, sustainability/ODS dimension, and search markers used. The systematization provided an overview of research before (2008-2015) and after (2015-2021) the SDGs, as well as their multidisciplinary impact on international studies of institutions and their adaptive processes. As a result, there has been a predominance of civil agency in the processes of change towards Sustainable Development and the SDGs, although this remains restricted to the majority of institutions in the Global North in the production reviewed.

**Keywords:** Institutional Change. SDG. Systematic Review of Literature. PRISMA.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2. A DIFUSÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DE BRUNDTLAND À AGENDA 2030</b>	<b>11</b>
<b>3. A MUDANÇA INSTITUCIONAL NA LITERATURA NEOINSTITUCIONALISTA</b>	<b>14</b>
<b>4. METODOLOGIA</b>	<b>18</b>
<b>5. RESULTADOS DA LITERATURA COLETADA</b>	<b>20</b>
5.1 Dimensão metodológica	20
5.2 Dimensão de orientação teórica	21
5.3 Inserção dos ODS na literatura acadêmica	26
5.4 Análise de Dataframe	28
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>31</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram lançados em setembro de 2015 como parte da Agenda 2030 sob a premissa de reformulação da pauta desenvolvimentista a princípios horizontais, transversais, codependentes e, sobretudo, democráticos. As normas internacionais produzidas pelos ODS veiculam a substituição de um padrão de desenvolvimento estabelecido pelos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) em 2000, a partir da ampliação de metas e indicadores (de 60 a 169 no total) de caráter mais aplicado, além da participação social ao longo das cadeias de construção dos ODS – da formulação à implementação destes Objetivos e a consolidação da agenda ambiental. Nesse sentido, Cortell e Davis (2000) definem o impacto destas normas internacionais no cenário doméstico em três searas, sendo estas: o campo discursivo de agentes políticos, seguido de mudanças nas instituições locais e, enfim, a formulação de políticas públicas. O envolvimento civil apresentado pela Agenda deriva então, na captura do interesse doméstico em normas internacionais, bem como sua internalização e, por conseguinte, mudanças institucionais locais, segundo ponto de impacto para Cortell e Davis aprofundado nesta pesquisa (Cortell; Davis, 2000).

Para tal, de acordo com a teoria institucionalista, as instituições carregam sinônimos de previsibilidade, estabilidade, monitoramento e interação de políticas, gerando campos comuns de processos a serem replicados por indivíduos que compõem uma instituição (Campbell, 2004). Esse campo de estudos se subdivide em quatro perspectivas na compreensão de forma, ferramenta e finalidade das instituições: o institucionalismo de Escolha Racional (ER), Histórico, Sociológico/Organizacional e o Discursivo.

Em convergência acerca da importância das instituições na sociedade, teóricos de ER atribuem a maximização de interesses e utilitarismo para a existência e mudança das instituições, exclusivamente formais, além do sobrepeso às regras constituintes para o monitoramento institucional (Hall; Taylor, 1996). Por outro viés, os institucionalismos histórico e sociológico/organizacional admitem a sistematização de práticas sócio-históricas na concepção de instituições, formais ou não, embora apresentem divergências no impacto de aspectos formais/informais para mudanças. Esquemas comportamentais, culturais e dinâmicos são tidos como substanciais para estes teóricos (Dimaggio; Powell, 1983). Por último, a vertente discursiva, mais recente na academia, compreende o poder das ideias por meio de falas e discursos na esteira das mudanças sociais e, portanto, também institucionais.

Entretanto, se as instituições são mais propícias à estabilidade, por que mudam? Para investigar este questionamento, os teóricos institucionalistas apontam motivações, mecanismos e objetivos pelos quais as instituições são impelidas à mudança (Campbell, 2004). Como também, padrões de implementação no processo de mudança são recorrentes na análise institucional sob a ótica de apropriação de determinadas agendas.

Dado o panorama conceitual, como ponto de partida, a pergunta de pesquisa foi centrada em “Como a discussão e disseminação do Desenvolvimento Sustentável impactou na literatura sobre a Mudança Institucional?”. De caráter mais específico, surgiram as questões (I) há contato entre o Desenvolvimento Sustentável e a mudança institucional na literatura especializada?, (II) Como os trabalhos foram organizados teoricamente e metodologicamente? e (III) Quais os temas abordados?. A partir da primeira pergunta inicial, optou-se pela análise de conteúdo do debate acadêmico internacional, de modo a realizar uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) com os principais resultados e testar a hipótese se há contato da Agenda 2030 e mudança institucional na literatura especializada. Na Revisão Sistemática, os protocolos adotados condizem à Metodologia PRISMA ScR (*Prisma for Scoping Reviews*), na qual são apresentados os produtos da discussão acerca da mudança institucional com a crescente difusão dos ODS e do Desenvolvimento Sustentável na literatura acadêmica e, por consequência, nas instituições investigadas pelos pesquisadores de diversas áreas.

A pesquisa se justifica pela relevância do desenvolvimento sustentável nas instituições domésticas em diferentes regiões (como Japão, Brasil, Espanha e Finlândia retratados nos artigos analisados), além de visualizar a inserção de novos princípios para o desenvolvimento e métricas de mensuração postas pela Agenda em processos internos. Ainda, contribuímos para a inserção de metodologias sistemáticas ao campo das Relações Internacionais, que se apresenta pertinente na replicabilidade e ampliação de pesquisas futuras.

De modo geral, este artigo tem como objetivo mapear e analisar a produção acadêmica sobre mudança institucional decorrente do Desenvolvimento Sustentável e dos ODS, executado nas bases da Web of Science, Scielo e Proquest. Quanto aos objetivos específicos, espera-se: (I) quantificar a produção acadêmica especializada sobre os efeitos dos ODS em termos de mudança institucional; (II) identificar as abordagens teóricas que subsidiam os trabalhos (predominantes e secundárias); (III) Identificar os objetos de estudo dos trabalhos pertinentes; (IV) Identificar as estratégias metodológicas utilizadas para o estudo da mudança institucional a partir dos ODS e (V) identificar, substantivamente os resultados das pesquisas

em termos de contribuições para a área de estudo. Para isso, o trabalho retoma discussões teóricas acerca da difusão do desenvolvimento sustentável nas últimas quatro décadas, seguido pela breve discriminação entre as quatro principais abordagens neoinstitucionalistas. Por conseguinte, é apresentado a metodologia Prisma-ScR para revisões sistemáticas e, ao final, os resultados em termos metodológicos, teóricos e de conteúdo da literatura reunida, posicionando o debate desenvolvimentista nas esferas institucionais e perspectivas em crescente na área.

## **2. A DIFUSÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DE BRUNDTLAND À AGENDA 2030**

O processo de incorporação do desenvolvimento sustentável enquanto norteador da agenda internacional para o desenvolvimento remonta ainda do final da década de 80, à medida em que marcos institucionais como o Relatório Brundtland e, posteriormente, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) estabeleciam novos olhares ao crescimento global. Os anos 90 então, conhecido como a “Década das Conferências”, pautam os debates multilaterais em torno da temática junto a setores civis para além do Estado-Nação, organizados em torno de compromissos compartilhados (Menezes, 2019). Em muitos países, a Rio-92 também é um pontapé à inserção de políticas públicas sustentáveis no âmbito local (Häikio, 2014).

Nessa época, as metamorfoses na sociedade vigente demandavam olhares para além do crescimento econômico e indicadores se popularizaram enquanto parâmetro de “evolução” dos países, vide o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Emerge assim, a difusão conceitual e política do “Desenvolvimento Sustentável” por meio da Organização das Nações Unidas (ONU) correspondendo simultaneamente, transformações estruturais de pensamento e conjuntura dos organismos internacionais para o novo milênio (Faria, 2018).

Como resultado desta série de discussões, no ano de 2000 a ONU empreende os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, compostos de 8 objetivos conjuntos para os países durante os 15 anos seguintes ao seu lançamento. Diferentemente do multilateralismo que precederam os ODMs, sua agenda para o desenvolvimento internacional foi estabelecida de modo *top-down*, sem a participação efetiva dos agentes sociais a serem impactados pelas novas diretrizes dos atores globais. Além disso, a sobreposição de marcadores econômicos sob os sócio-ambientais, aliado à implementação vertical e de baixa integração, limitam a

territorialização dos ODMs. A falha na experiência, entretanto, permite uma reformulação nas bases para novos indicadores do desenvolvimento sustentável (Menezes, 2019; Puppim de Oliveira, 2012).

No início dos anos 2010, próximo ao prazo determinado no início do Milênio, transparecem as problemáticas dos resultados escassos nos ODMs, que suscitam a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) atualizar os compromissos firmados pela Eco-92, sobretudo os ambientais. A Rio+20 trouxe discussões materiais sobre as necessidades em ampliar o Quadro Institucional para o Desenvolvimento Sustentável e a Economia Verde para Erradicação da Pobreza (Puppim de Oliveira, 2012). Após o encontro, compreendeu-se urgente a revisão da agenda institucional durante, os três anos subsequentes, metodologias participativas com a sociedade civil e rodadas de negociação entre resultaram na aprovação da *‘Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável’* (em tradução livre) em setembro de 2015 (Menezes, 2019). No documento, para além de uma nova agenda global, também são lançados os ODS, multiplicando e atualizando a agenda ODM.

Os ODS contam com 17 objetivos e 169 metas de médio prazo que materializam a renovação do entendimento acerca das responsabilidades comuns da comunidade internacional sob o desenvolvimento sustentável. Inicialmente, as Nações Unidas chancelam esse processo e protagonizam o papel de difusora informacional da Agenda 2030, incumbindo aos 193 Estados signatários o incentivo e acompanhamento contínuo do avanço das metas no âmbito doméstico. Os princípios de universalidade, indivisibilidade e cooperação transparecem uma preocupação maior não apenas nas assimetrias de capacidades intergovernamentais, como também na democratização em todas as fases da Agenda.

A indivisibilidade permite uma abordagem mais ampla na compreensão dos problemas evidenciados pelos Objetivos, como a pobreza (ODS 1), desigualdade de gênero (ODS 5) e as mudanças climáticas (ODS 13). Os problemas então se conectam, na medida em que ao perseguir a concretização de um ODS, a comunidade nacional e internacional estará também colaborando com outros Objetivos, ainda que de forma secundária. Por conseguinte, o princípio da universalidade assume que as metas elencadas nos ODS estão aptas a serem alcançadas por todos os países, do Norte ao Sul Global, considerando-se diferentes instrumentos para territorialização sob cada contexto implementado. Por último, a retórica em “não deixar ninguém para trás” denota a cooperação inerente aos Objetivos serem efetivados,

pelo qual a sustentabilidade no desenvolvimento perpassa, de antemão, o estabelecimento de condições básicas para todos os seres (PNUD, 2021).

A partir disso, a implementação conjunta do desenvolvimento sustentável passa a ser central, sem a separação anterior em áreas sociais, econômicas e ambientais. Antes majoritariamente no campo subjetivo, os ODS introduzem dimensões objetivas ao paradigma desenvolvimentista. Por meio de uma ‘cartilha’ de metas operacionalizáveis em políticas públicas a serem alcançadas, os ODS horizontalizam os compromissos e, portanto, compartilham responsabilidades às instâncias subnacionais, privadas, civis, por exemplo.

Passados 8 anos após a adoção internacional da norma internacional – e 7 para o prazo de alcance das metas –, é necessário que a comunidade internacional revise os processos domésticos de implementação, seus indicadores e feedbacks internos dos agentes partícipes. Especialmente após a pandemia da COVID-19, Mohammed *et al* (2021) destaca a importância da futura reestruturação de algumas metas em relação ao impacto ocasionado pela pandemia aos indicadores sociais, econômicos e ambientais globais, bem como a elaboração de ferramentas de mensuração e pesquisa dos choques derivados do Coronavírus em consideração aos patamares prévios dos Objetivos (Mohammed *et al*, 2021). Embora o acompanhamento esteja presente no parágrafo 79 da carta signatária da ONU para a Agenda 2030, na prática, os mecanismos de vigilância são mínimos no âmbito doméstico.

Nós também incentivamos os Estados-membros a realizar avaliações regulares e inclusivas de progresso nos níveis nacionais e subnacionais que sejam lideradas pelo país e orientadas para o país. Tais avaliações devem recorrer a contribuições dos povos indígenas, da sociedade civil, do setor privado e de outras partes interessadas, de acordo com as circunstâncias, políticas e prioridades nacionais. Parlamentos nacionais, bem como outras instituições, também podem apoiar esses processos. (ONU Brasil, 2023, Parágrafo 79)

Aliado a isso, Ranjabari *et al* (2021) também pontua redirecionamentos para os Objetivos no cenário pós-pandêmico, em termos de: potencialidades (modelos de economia circular, sustentabilidade digital e fundos de divisão econômica), de efeitos a longo prazo (em sistemas educacionais, psicológicos e equidade de gênero) e de soluções inovadoras para a retomada (análises baseadas em evidência, fortalecimento de políticas locais e intervenções estatais de subsídio a pequenas e médias empresas) (Ranjabari *et al*, 2021).

Nas instituições, a inserção da Agenda 2030 nas esferas burocráticas, sociais e políticas ainda é palco de debates entre os pesquisadores, que verificam a prevalência e adoção da norma internacional nas esferas institucionais.

### **3. A MUDANÇA INSTITUCIONAL NA LITERATURA NEOINSTITUCIONALISTA**

A teoria neoinstitucionalista não é uníssona. Entre campos consensuais de compreensão acerca da importância das instituições ao funcionamento dos sistemas, residem divergências na definição, motivação e instrumentalização destas instituições nas vertentes analíticas. Dessa forma, a teoria neoinstitucional está subdividida em três grandes lentes teóricas: o institucionalismo de Escolha Racional, Histórico e Sociológico/Organizacional. Além destas, desponta, anos depois, o Institucionalismo Discursivo para compor as principais abordagens explicativas ao campo dos estudos institucionais.

A princípio, a abordagem da Escolha Racional emerge como primeira macro vertente, com o privilégio dos cálculos de interesse na tomada de decisão individual, fundamentada na lógica de perdas e ganhos institucionais. São considerados instituições, entidades de escopo formal, burocrático e regimentado por regras escritas de funcionamento (Hall; Taylor, 1996). Faria (2018) ainda, acrescenta o escopo material das instituições internacionais para as mudanças racionalistas. Nessa perspectiva, as Organizações Internacionais (OIs) atuam como um arcabouço de experiências mútuas, que são utilizadas enquanto catalisadoras do processo de difusão de novas ideias, políticas e mecanismos por meio da “coleta, agregação e disseminação de informações sobre políticas bem sucedidas” (Faria, 2018, p. 56).

Para além, o Institucionalismo Sociológico – ou Organizacional – amplia a restrição utilitarista de teóricos da Escolha Racional, na medida em que agrega elementos informais de definição e interesses institucionalistas. Para a abordagem, a legitimidade entre os pares pertencentes à instituição é sobreposta aos ganhos produtivos que esta poderia trazer ao agente. Tal pensamento direciona os objetivos institucionais mais relacionados à construção de espaços de comunicação e intercâmbio de ideias contínuas na formulação de normas e políticas conjuntas, numa teia circulatória de aprendizagem, conformação identitária e difusão (Faria, 2018). Alterações materiais às instituições, precedem, viradas ideacionais.

Paul DiMaggio e Walter Powell (1983) definem os processos de mudança organizacionais em compasso aos processos isomórficos que são estabelecidos entre as

instituições. Isto é, a percepção do entorno social provoca uma adaptação homogeneizadora e esta, por sua vez, confere aceitação e reconhecimento político perante os pares institucionais. Na argumentação dos autores, as organizações convergem seus procedimentos, culturas e resultados por meio de incentivos normativos, coercitivos ou miméticos. Logo, as mudanças estão amparadas nas trocas e observações sociais que impelem os atores a tornarem suas práticas mais alinhadas e legítimas, arraigando prestígio e atendendo expectativas estruturais. Do mesmo modo, a convergência institucional também preconiza ganhos de poder e governança, sendo estes ganhos sociais na tomada de decisão coletiva, de acordo com March e Olsen (2008) (DiMaggio; Powell, 1983; March; Olsen, 2008).

Em terceiro lugar, o Institucionalismo Histórico une ambas as lentes racionalistas e sociológicas acerca da concepção e interesses institucionais, além de ganhar força e forma nos anos 90. Segundo Kathleen Thelen (1999), os elementos regulatórios e burocráticos formais constroem as instituições são preponderantes para o seu funcionamento, entretanto, ainda que formados a partir de uma trajetória histórica e social dos atores constituintes. Processos históricos então, atuam na formação de identidades compartilhadas, que resultam na constituição arenas políticas, alimentadas por estruturas legais de pressão e monitoramento e, ultimamente, implicam desde a influência comportamental ao molde estratégico de políticas e mudanças institucionais (Thelen, 1999). Assim, não apenas macro-eventos alteram a trajetória institucional, como também micro-ajustes ocorrem cotidianamente na rede de interações internas dos sujeitos institucionais e incrementam novos hábitos dentre estes (Thelen, 1999; Pouilot, 2020).

Em momento posterior ao estabelecimento das três escolas de pensamento tradicionais do neoinstitucionalismo e compreendendo suas limitações teóricas, o Institucionalismo Discursivo emerge à análise de impacto dos discursos na geração cognitiva de ideias, representado por autores como Schmidt (2010). A linguagem, nesse prisma analítico, agiria precocemente à institucionalização e materialização e, dessa forma, em primeiro plano para a constituição de instituições e normas. Figuras políticas então, ascendem enquanto difusores de normas comuns sob o incentivo propulsor de continuidade ou mudanças, tanto endógenas quanto exógenas. Do mesmo modo que o discurso inflama o processo de mudanças sociais e políticas, teóricos discursivos afirmam que também podem agir como limitantes à ação, retardando transformações mais radicais (Martinez *et al*, 2016; Montesano *et al*, 2021).

A partir dessas vertentes, elementos de mudança institucional são pautados pelas três vertentes principais a partir de determinados padrões institucionais e causalidades, sendo destacados por Campbell (2004) na Tabela 1: o Equilíbrio Pontuado (*Punctuated Equilibrium*, em original), a Dependência da Trajetória (*Path Dependence*, em original) e a Difusão (Campbell, 2004). No primeiro, a mudança segundo o Equilíbrio Pontuado é tida como disruptiva, de relativo curto prazo e pontual, alterando a dinâmica futura das instituições a partir de episódios inflexivos de mudanças simultâneas. No Path Dependence, por outro lado, as mudanças podem ser percebidas de forma gradual, com base nos elementos históricos que compõem a trajetória institucional na determinação causal de transformações seguintes. Além destes, a Difusão é compreendida entre diferentes perspectivas, de acordo com cada abordagem, seja por meio de processos isomórficos, informacionais, coercitivos, ou de aprendizagem.

Tabela 1 – Similaridades e Diferenças entre os Institucionalismos de Escolha Racional, Organizacional e Histórico

	Institucionalismo de Escolha Racional	Institucionalismo Organizacional	Institucionalismo Histórico
<i>Similaridades</i>			
Padrões de mudança	Equilíbrio Pontuado, evolução	Equilíbrio Pontuado, evolução, evolução pontuada	Equilíbrio Pontuado, evolução, evolução pontuada
Conceitos causais	Dependência da Trajetória (Path Dependence): baseado em feedback, retornos progressivos e escolha com restrições institucionais	Dependência da Trajetória (Path Dependence): baseado nos aspectos restritivos e constitutivos das instituições	Dependência da Trajetória (Path Dependence): baseado em feedback, aprendizado e escolha com restrições institucionais
	Difusão: baseada no "contágio" da informação, no feedback e na imitação	Difusão: baseado nos processos miméticos, normativos e coercitivos	Difusão: baseado nos processos coercitivos e de aprendizado

Papel das Ideias	Aumentar: estruturas cognitivas, crenças e as normas condicionam os atores (e tornam instituições ineficientes).	Substanciais: estruturas cognitivas e normativas dadas como certas restringem (e capacitam) os atores.	Aumentar: paradigmas políticos e crenças de princípios restringem os atores.
------------------	--	--	--

### *Diferenças*

Raízes teóricas	Economia neoclássica	Fenomenologia, etnometodologia e psicologia cognitiva	Economia política Marxista e Weberiana
Definição de instituição	Regras formais e informais e procedimentos de compliance: equilíbrio estratégico	Regras formais estruturas assumidas como certas, esquema cognitivo e processos rotinizados de reprodução	Regras formais e informais e procedimentos
Nível de Análise	Intercâmbios micro analíticos	Campos organizacionais e populações	Economias políticas macro analíticas nacionais
Teoria de Ação	Lógica de instrumentalidade	Lógica de adequação	Lógica de instrumentalidade e adequação
Teoria de Restrição	Ação é restringida por regras, como regras de propriedade e constitucionais, e racionalidade limitada.	Ação é restringida por contextos culturais, esquema e rotinas.	Ação é restringida por regras e procedimentos, paradigmas cognitivos, e crenças baseadas em princípios.

Fonte: elaboração própria a partir de Campbell (2004).

Aliado a estes padrões e conceitos causais, o fenômeno da Bricolagem também é ressaltado na Mudança Institucional pela recombinação de elementos normativos que são sobrepostos às normas preexistentes (Campbell, 2004; Schmidt, 2010). De modo

complementar, o Institucionalismo Discursivo enxerga no discurso – o que é falado e o seu contexto – o papel de transformar cenários e instituições por meio da transmissão das ideias inferidas no texto discursado como um todo (Schimdt, 2010).

#### 4. METODOLOGIA

Ao adotar a RSL, o pesquisador pré-define variáveis e termos a serem buscados, com protocolos de coleta, sistematização e exclusão das obras encontradas (Alves *et al*, 2022). Segundo Batista *et al* (2021), a revisão sistemática fornece instrumentos de qualidade na análise de uma temática, mediante sua capacidade de abarcar diferentes visões sob o objeto de estudo buscado (Batista *et al*, 2021). De caráter mais específico, a PRISMA-SCr se difere de revisões *snowball* (bola de neve) ou similares em razão do propósito menos exploratório e mais direcionado ao objeto, conceitos e variáveis prévias. O cumprimento do protocolo Prisma, nesse sentido, cumpre o papel de observar o estado da arte em sua amplitude e, a partir disso, construir uma base diversa a ser explorada em estudos pósteros.

Quanto aos critérios de seleção dos artigos, foram selecionados três bases de dados (Web of Science, Proquest e Scielo), destacados pela gama quantitativa e confiável de seus catálogos, de língua inglesa e portuguesa entre os anos de 2008-2021 para serem analisados, excluindo-se livros, revisões sistemáticas, artigos de opinião e outros gêneros textuais que fugiam ao escopo da pesquisa. O período temporal é justificado tanto pela evolução da temática do Desenvolvimento Sustentável nas pesquisas acadêmicas, quanto pelo surgimento dos ODS como objeto das Organizações Internacionais e das Ciências Sociais Aplicadas.

Dentre a busca utilizada nas palavras-chave, os descritores e operadores booleanos “*Institutional Change*” ‘AND’ “*Sustainable Development*”, “*Institutional Change*” ‘AND’ “*SDG*”, “*Institutional Theory*” ‘AND’ “*SDG*” foram os principais instrumentos de pesquisa em ambas as bases de língua inglesa. Na Scielo, base latinoamericana, foram aplicadas as palavras-chave supracitadas, porém traduzidas à língua portuguesa. Após o mapeamento bibliográfico, artigos que não apresentavam a Mudança Institucional enquanto teoria institucional foram descartados da seleção, embora estivessem dentro dos critérios anteriores, de modo a evidenciar a subárea da teoria. A revisão bibliográfica destes critérios se deu até maio de 2022, em que foram coletados os artigos para análise de maior profundidade e, convém destacar, a multidisciplinaridade na coleta bibliográfica, que permeia desde a área da Ciência Política, Administração Pública, Economia e Ciência da Sustentabilidade. Desse

modo, encontrou-se vasto em temas abordados dentro do escopo institucionalista, o que permite indicar a extensão da teoria para além da área inicial de estudos.

Na Web of Science, foram encontrados 60 resultados interligando os temas chave, com a exclusão de 17 artigos que não obtiveram citações na base<sup>1</sup> e 9 que ultrapassaram o período temporal estabelecido. Em seguida, a busca pela Proquest retornou 15 periódicos acadêmicos na base, excluindo-se 1 artigo publicado em 2022 e, posteriormente, 6 que não condizem à teoria institucional. Além disso, entre a Web of Science e Proquest, foram descartados 8 artigos duplicados entre ambas as bases. Por fim, na Scielo a pesquisa resultou em apenas 3 artigos concernentes ao campo da Mudança Institucional e o debate sobre a sustentabilidade, nenhum duplicado e todos elegíveis dentro dos parâmetros estabelecidos, com 1 em língua inglesa, o que transparece uma fase exploratória no Brasil.

Quadro 1 – Procedimentos da Revisão Sistemática de Literatura

<b>Informações</b>	<b>Crítérios</b>	<b>Resultados</b>
Termos buscados em palavras-chave e título	“ <i>Institutional Change</i> ” ‘AND’ “ <i>Sustainable Development</i> ”; “ <i>Institutional Change</i> ” AND “ <i>SDG</i> ”; “ <i>Institutional Theory</i> ” AND “ <i>SDG</i> ”	60 documentos (WoS)
		15 documentos (Proquest)
		3 documentos (Scielo)
Plataforma de busca	Web of Science, Proquest e Scielo	
Data da busca inicial e final	06/12/2021 – 18/05/2022	
Parâmetros de seleção	Artigos científicos, em idiomas inglês e português, que continham a Teoria Institucional	
Exclusão	Artigos duplicados e fora dos critérios de seleção	24 documentos (recorte conteudista)
		10 documentos (recorte temporal)
		8 documentos (duplicidade)

<sup>1</sup> Na base da Web of Science foram descartados 17 artigos que fugiam ao escopo institucionalista recolhido nas demais publicações científicas.

Seleção final		36 artigos científicos
---------------	--	------------------------

Fonte: elaboração própria, 2023.

Após os recortes bibliométricos e conteudistas, os artigos foram dispostos em planilha do *Google Sheets* e armazenados no *Google Drive*<sup>2</sup> de acordo com as seguintes variáveis: (1) título, (2) resumo, (3) ano de publicação, (4) autor, (5) metodologia, (6) orientação teórica predominante, (7) orientação teórica secundária, (8) dimensão de sustentabilidade/meta dos ODS, (9) palavras-chave e marcador ('AND') utilizados na busca e (10) nacionalidade. Desse modo, finalizadas as etapas de extração, download e seleção de artigos, restaram 36 a serem analisados em conteúdo.

## 5. RESULTADOS DA LITERATURA COLETADA

### 5.1 Dimensão metodológica

De caráter metodológico, foram constatados a grande maioria dos artigos (75%) de natureza qualitativa, com 27 publicações identificadas pela seleção, evidenciando vinculação das temáticas e o campo às análises de caráter qualitativo. Ainda, salientou-se um índice de 50% de estudos de caso (18) em relação ao total, indicando uma ampla orientação empírica da produção acadêmica. Ambos os resultados corroboram a afirmação de March e Olsen (2008), que atribuem primordial a fonte empírica aos estudos institucionalistas (March; Olsen, 2008). Quanto à designação de sessão teórica para a teoria institucional, embora a 58,3% dos textos apresente (21), também é significativa a falta dela em 15 produções, sobretudo quando atreladas a áreas não sociais ou humanas. (Martinez *et al*, 2016; Montesano *et al*, 2021; Lin, 2008; Yang; Wu, 2012; Laitner, 2020; Oliveira, 2012; Lockwood *et al*, 2017; Sjostedt, 2015; Dedeurwaerdere, 2013; Tokumaru, 2020; Pla-Julian; Guevara, 2020; Lashitew, 2021; Ydersbond, 2018; Soderbaum, 2009; Barbieri *et al*, 2010; Pouliot, 2020; Bombral; Moriggi, 2017; Trechsel *et al*, 2018; Haeikioe, 2014; Dendler, 2014; Saari *et al*, 2021; Dunlop; Russel, 2012; Weiss *et al*, 2021; Story *et al*, 2017; Nye *et al*, 2011; Lustosa, 2010; Zeigermann, 2021; Churin; Kyung-Ah, 2021).

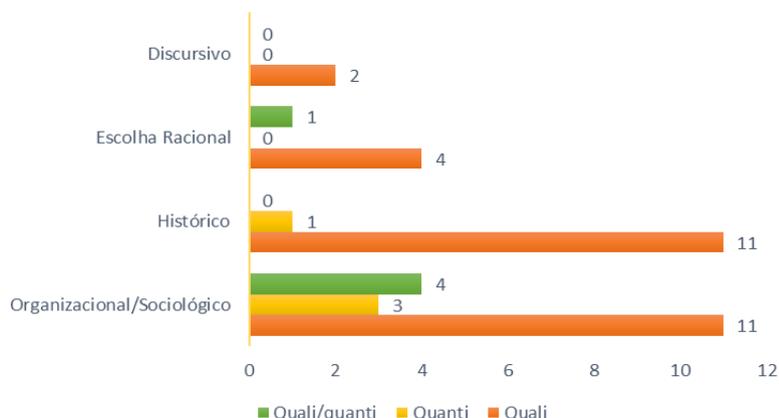
Sob outro prisma, 5 artigos se enquadraram ao método quantitativo, por meio de análise de questionários e modelo estatístico (Klagge; Master, 2018; Kurian *et al*, 2019; Van Tanzen; Tulden, 2018; Galleli *et al*, 2021; Sánchez *et al*, 2021). Não obstante, similaridades ao tema e vertente teórica também interseccionam autores quantitativos, a ser notado em Van

<sup>2</sup> Disponível em: [📄 Revisão bibliográfica: Desenvolvimento Sustentável e Mudança Institucional](#). Out, 2023.

Tanzen e Tulden (2018), Sánchez *et al* (2021) e Galleli *et al* (2019), que instrumentalizam a abordagem sociológica/organizacional na análise de corporações privadas e seus engajamentos às metas e indicadores dos ODS. De acordo estes autores, a pressão institucional das organizações em situações como suas operações internas, gerenciamento da crise pandêmica e transformação institucional do setor energético alemão receberam maiores benefícios de seu engajamento às metas e indicadores dos ODS. Nestes casos, as pressões institucionais impactam positivamente a mudança do comportamento destas organizações (Van Tanzen; Tulden, 2018; Sánchez *et al*, 2021; Galleli *et al*, 2019).

Por conseguinte, outros 4 artigos operacionalizam as metodologias quali-quantitativas dentro da seleção bibliográfica encontrada (Focardell; Aracil, 2019; D'souza *et al*, 2019; Llamas-Sanchez *et al*, 2013; Kurian *et al*, 2019). Destes, 3 apresentaram estudos de casos proponentes por meio de entrevistas e questionários (Focardell; Aracil, 2019; D'souza *et al*, 2019; Llamas-Sanchez *et al*, 2013), analisados majoritariamente sob a lente sociológica, embora tratando de diferentes espectros da sustentabilidade e dos ODS.

Gráfico 1 – Relação entre vertente teórica e orientação metodológica



Fonte: Elaboração própria (2023).

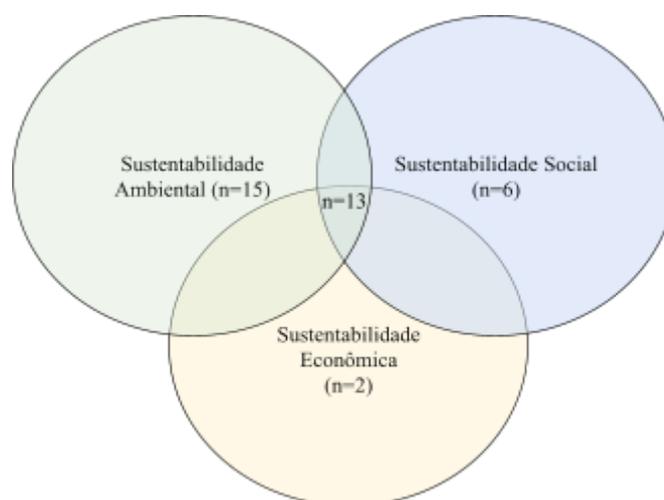
## 5.2 Dimensão de orientação teórica

Na sequência, ao analisar o estudo da Mudança Institucional e suas vertentes teóricas, a predominância dos artigos se concentrava no Institucionalismo Sociológico/Organizacional (18), logo depois o Institucionalismo Histórico (13) e, por fim, os Institucionalismos da Escolha Racional (4) e Discursivo (2) exibiam a orientação teórica secundária na temática do Desenvolvimento Sustentável.

Em ambos os artigos de institucionalistas discursivos, a dimensão ambiental predominou as discussões, no entanto com posicionamentos contrários acerca do papel do discurso para a virada sustentável das instituições retratadas (Martinez *et al*, 2016; Montesano *et al*, 2019). É necessário destacar que, enquanto o institucionalismo de Escolha Racional predominou em artigos mais antigos (2008 a 2012), o Discursivo foi adotado em duas produções recentes (2016 e 2021), o que salienta uma crescente no campo do discurso (Martinez *et al*, 2016; Montesano *et al*, 2019). As duas teorias também divergem na inserção teórica no texto: artigos de ER predominavam o caráter aplicado em detrimento da teoria (75% não apresentavam seção teórica) enquanto, na vertente discursiva, todas as produções continham uma seção separada para a explicação da abordagem mais recente aos estudos institucionalistas. Neste último caso, uma investigação do papel do discurso às obras institucionalistas é necessária, de modo a mapear o campo em expansão da vertente.

Ao retornar a lente para as variáveis dimensionais do Desenvolvimento Sustentável, 36,11% dos artigos exploram apenas o enfoque ambiental, 16,66% o social e 5,55% o econômico, com 41,67% restantes multidisciplinares, na Figura 1. Isso também é verificado na revista acadêmica prevalente dentre a seleção, a *Sustainability* (3), que abarca artigos correlatos a diferentes áreas do desenvolvimento. Quanto ao restante dos periódicos, foi observado o protagonismo geográfico evidente do Reino Unido (21) e toda a Europa (27) em relação ao total, com 3 jornais acadêmicos brasileiros (todos recolhidos na Scielo), 3 asiáticos e 3 norte-americanos.

Fig. 1 – Diagrama dos três pilares da sustentabilidade no corpus bibliográfico



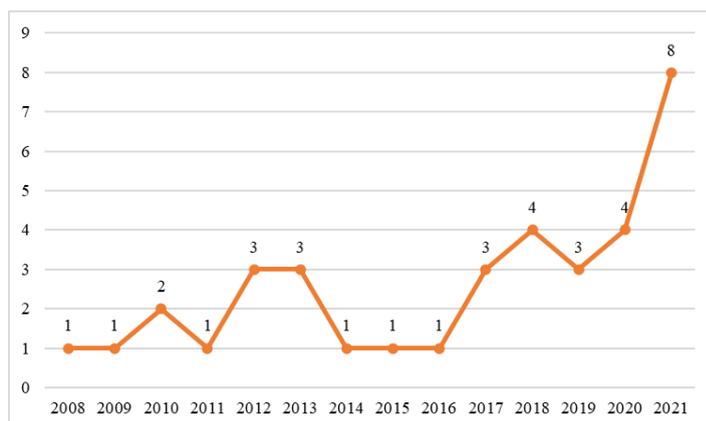
Fonte: elaboração própria (2023).

O diagrama também ilustra a preferência por abordagens integradas pelo princípio da indivisibilidade dos ODS segundo estas produções acadêmicas, que enxergam os fatores institucionais no desenvolvimento dentre um conjunto de variáveis que ultrapassam uma única dimensão disciplinar. De modo semelhante, ainda para artigos que preconizam estritamente uma dimensão, foi verificada a integração entre diferentes Objetivos aos instrumentos de uma mudança institucional duradoura. Este processo é detalhado na análise de Saari *et al* (2021), por meio da análise micro, meso e macro dos níveis das tendências veganas sob o consumo e produções alimentares mais sustentáveis (Saari *et al*, 2021).

Ao analisar o caráter das instituições retratadas nas produções científicas sistematizadas, a interação público-privada foi recorrente na análise temática da ampla maioria dos artigos, ainda que o setor público se destaque em comparação ao privado. Para além, o terceiro setor também é alvo de investigação de algumas publicações, inserindo a sociedade civil na posição institucionalizante da Agenda 2030. Tais resultados, correlacionados à abordagem predominantemente organizacional, dialogam com a conexão estabelecida entre os setores mistos da sociedade, fundamentado pela teoria sob a interação mútua entre os agentes para a modificação de crenças e o rompimento de configurações estruturais a longo prazo a caminho da incorporação do desenvolvimento sustentável (Dimaggio; Powell, 1983).

A inserção da temática do Desenvolvimento Sustentável e, posteriormente, da Agenda 2030 nas instituições domésticas sob os estudos institucionalistas permite ao pesquisador observar o engajamento (ou falta dele) nas dimensões sociais, econômicas e ambientais que envolvem a adesão das instituições a práticas e comportamentos mais sustentáveis. Dessa forma, é possível observar (Gráfico 2) uma crescente ao decorrer dos anos para acadêmicos neoinstitucionalistas, sobretudo após o lançamento dos ODS em 2015, em que a produção saltou de 12 artigos entre 2008-2014 para 36 artigos até 2021, um crescimento triplo na literatura de Mudança Institucional. No escopo temático pré-ODS incluíram a desertificação, educação, consumo e produção, além de estudos acerca de marcos normativos internacionais, como a Rio +20 e a Agenda 21 Local. Ademais, as pesquisas anteriores à 2014 condensam 75% dos artigos de Escolha Racional em relação ao total das amostras.

Gráfico 2 – número de artigos por ano (2008-2021)



Fonte: elaboração própria, 2023.

Nesse sentido, é válido distinguir a composição teórico-metodológica de pesquisa entre os artigos anteriores e seguintes ao lançamento internacional da Agenda 2030. De 2008 a 2014, se concentrou o maior número de abordagens racionalistas da amostra coletada ao passo em que, de 2015 a 2021, os primeiros artigos quantitativos foram extraídos e metodologias mistas se expandiram com crescimento de 1 para 5 artigos na amostra total. Isso reflete também junto à multiplicação de metas e indicadores, que proporcionaram maior ferramental para a análise de múltiplos casos através da teoria neoinstitucional.

A internacionalização dos casos também é notável entre os artigos posteriores aos ODS, com o aumento de casos asiáticos e latinoamericanos, embora seja notório o déficit do continente africano, que apresentou nenhum artigo correspondente aos critérios da pesquisa nas bases da WoS, Proquest e Scielo. Tal expansão pode ser correlacionada à variável nacionalidade verificada entre os autores, segundo se observa o protagonismo brasileiro com 13 autores, seguido da Alemanha (12), Reino Unido e Espanha, com 10 autores cada. Excluindo-se o continente europeu, a Ásia foi a segunda maior região nativa, com 11 autores, na qual pesquisadores indianos lideram a seleção (5). Em última posição, a amostra apresentou apenas 1 autor africano, de nacionalidade etíope-holandês. Ademais, é pertinente destacar o desconhecimento da nacionalidade de 2 autores, que não foram encontrados na busca.

Outrossim, como ilustrado na Figura 2, os principais termos utilizados nos resumos científicos se concentram, sobretudo, nos aspectos local e governamental a políticas públicas que envolvem a incorporação da Agenda nas instituições domésticas. Palavras como ‘*Government*’ e ‘*implementation*’, por exemplo, são repetidas 24 e 16 vezes, respectivamente. Além disso, temáticas de análise mais abordadas também podem ser visualizadas pela



Sustentável é percebida principalmente atreladas aos seus efeitos em corporações e organismos internacionais. Por conseguinte, aspectos de governança no âmbito normativo ou prático também emergem enquanto pontos de investigação, corroborando à segunda e terceira etapa por Cortell e Davis (2000) de saliência interna das normas internacionais (Cortell; Davis, 2000). Em dimensões mais específicas, temas relativos à transição energética (Lockwood *et al*, 2017; Klagge; Meister, 2018; Tokumaru, 2020; Ydersbond, 2018) e dinâmicas de sustentabilidade em sistemas educacionais de ensino superior (Weiss *et al*, 2021; Dedeurwaerdere, 2013; Trechsel *et al*, 2018) foram replicados de maneira mais consistente em comparação a temáticas de gênero, tecnologia e saúde, por exemplo.

### **5.3 Inserção dos ODS na literatura acadêmica**

No que tange ao conteúdo no qual a mudança institucional é inserida dentro do escopo do Desenvolvimento Sustentável, a percepção predominante destes autores se dá perante os aspectos socio-organizacionais que impactam na "virada" das instituições a práticas mais sustentáveis. Sobretudo em artigos mais recentes, os padrões instrumentais de implementação que conduzem à institucionalização de elementos da sustentabilidade nesses processos foram ressaltados em metade dos textos coletados publicados em 2021 (4) – último ano da amostra –, o que infere uma preocupação destes nos mecanismos práticos de mudança (Weiss *et al*, 2021; Brombal; Moriggi, 2017)

Como exemplo, Weiss *et al* (2021) ilustra o foco na implementação, nos quais são elencados 6 padrões de implementação da sustentabilidade no currículo de 131 universidades: *bottom-up*, *top-down*, iniciativas isoladas, iniciativas externamente orientadas, paradigmas colaborativos e mudanças limitadas. Com exceção dos projetos isolados, todos os padrões supracitados apresentaram a janela de oportunidade e o governo como impulsionadores da agenda sustentável no ensino superior internacional. De modo contrário, questões como recurso e liderança foram as mais apontadas barreiras de aderência à meta 4.7 dos ODS (Weiss *et al*, 2021). Ademais, Brombal e Moriggi (2017) acrescentam à discussão os padrões na mudança administrativa da poluição hídrica em Lihu, na China, cujo começam por mudanças regulatórias e avançam por alterações em crenças sociais. Na hipótese dos autores, os padrões eram iniciados pela: (1) antecipação dos efeitos futuros, seguidos da (2) desinstitucionalização (emergência de novos atores e surgimento de empreendedorismo institucional), (3) pré-institucionalização (inovações e viabilidade técnica), (4) teorização (identificação das principais falhas e justificação de possíveis soluções), (5) difusão

(legitimidade pragmática e objetificação do caso) e, por fim, (6) institucionalização a partir da legitimação cognitiva dos atores (Brombal; Moriggi, 2017 *apud* Greenwood *et al*, 2002).

Ainda, a influência da sociedade civil na internalização comportamental ou pressão por transformações emerge ao primeiro plano segundo a perspectiva organizacional para processo de mudança sustentável nas instituições, sejam elas corporações privadas ou públicas. Apesar disso, as dinâmicas de *Path Dependence* – a dependência na trajetória para o desenvolvimento sustentável – e 'Bricolagem' – a sobreposição de políticas sustentáveis pré-existentes em 2015 aos ODS – também apresentam alta adesão para explicar um avanço ou retrocesso no engajamento às metas dos ODS (Pouilot, 2020; Campbell, 2004). Mesmo nos artigos de viés racionalista, fatores históricos também são tidos em consideração na análise institucional, embora não prevaleçam para a alteração de normas e regras destas.

Tanto perspectivas organizacionais quanto históricas sublinham os processos dinâmicos de aprendizagem social dos Objetivos, de modos não-lineares (Sjöstedt, 2015), na influência de suas respectivas instituições a transformações em níveis burocráticos. A utilização de aceleradores à incorporação, tais como elementos culturais, epistêmicos e políticos, também atuam nessa dinamicidade para a tomada de ação para a mudança. Em produções que destacam o papel das corporações privadas no engajamento com a Agenda, emergem também incentivos e pressões institucionais das organizações para a mudança de agentes na catalisação da mudança interna (Galleli *et al*, 2021; Sánchez *et al*, 2021).

O setor privado, nesse sentido, ganha certo protagonismo de análise da Responsabilidade Social Corporativa (CSR em inglês)<sup>3</sup> na teoria institucional. Isso porque, conforme argumenta Campbell (2007), determinados condicionantes institucionais estão diretamente atrelados ao engajamento corporativo em seus comportamentos responsivos. São classificados condicionantes positivos: a força e efetividade de mecanismos regulatórios, capacidades de auto-organização, monitoramento social, participação em associações e diálogo com ONGs e outros stakeholders. Por outro lado, fatores como o ambiente e desempenho econômico performado, além do nível (elevado ou rebaixado) competitivo inserido são tidos no espectro negativo e desfavorecem uma governança sustentável na leitura de Campbell (Campbell, 2007).

Ao transpor tais variáveis na literatura voltada a instituições privadas (Latisheva, 2021; Söderbaum, 2009; Van Zanten; Van Tulden, 2018; Galleli *et al*, 2021), os ODSs são

---

<sup>3</sup> *Corporate Social Responsibility*, na linguagem original

compreendidos pela ótica institucional per si, por meio da lógica de “Orientação por Objetivos”, na governança corporativa. Isto significa dizer que, as instituições privadas orientadas pelos Objetivos são condicionadas a práticas que transbordam o pensamento inicial mercadológico que regem o setor. Correlacionando às condições institucionais construídas por Campbell (2007), os ODS podem ser enquadrados positivamente tanto no fortalecimento regulatório estatal, monitoramento autônomo por organizações civis e no encorajamento normativo social que coadunam para processos comportamentais mais sustentáveis nestes espaços (Campbell, 2007). Para além, Van Zanten e Van Tulden (2018) acrescentam que, embora os ODS ativem institucionalmente o engajamento positivo, isso se dá mais em razão dos riscos pela inação ao desenvolvimento sustentável no setor do que por atuações privadas proativas à Agenda.

#### **5.4 Análise de Dataframe**

Após a seleção sistemática, restaram 36 artigos científicos a serem analisados, os quais foram dispostos em *dataframe* de acordo com os objetivos específicos propostos e melhor visualização de recorrências e dissonâncias entre as produções. O *dataframe* proveu o predomínio da orientação teórica sociológica/organizacional (18) e metodologias quali (27), de sua maioria pesquisas empíricas (18), no estudo do desenvolvimento sustentável e ODS sob a lente da mudança institucional.

Além disso, embora os panoramas ambientais se destaquem (12), a preferência se deu para abordagens interdisciplinares (13), que conectam as três dimensões da sustentabilidade para a mudança do paradigma institucional debatido. Ao final, a análise do conteúdo também trouxe adições para a unificação conceitual, discussão de principais resultados e limitações para o estudo da internalização das normas internacionais em instituições domésticas. Neste, se verificou a presença substancial da agência civil e de stakeholders no processo de canalização das ideias em práticas institucionais, além de dinâmicas de *Path Dependence*, Bricolagem e Pressões Institucionais como fatores de impedimento ou facilitação de mudanças concretas. É fundamental ressaltar também que, os processos de alteração ao status quo não são lineares, ou seja, são passíveis de retrocessos e estagnações na absorção do desenvolvimento sustentável ao rol cognitivo e burocrático das instituições (Brombal; Moriggi, 2017; Sjöstedt, 2015).

Por fim, a sistematização da literatura revelou um campo restrito no Brasil (3 artigos com apenas autores brasileiros e destes, 2 em português) e heterogeneidade do emprego da

literatura de Mudança Institucional aplicada, com diferentes linguagens a explicação de conceitos teóricos normativos correlatos, o que pode atribuído a presença de autores de diferentes campos e países no corpus acadêmico selecionado.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho sistematizou a literatura existente de Mudança Institucional e Desenvolvimento Sustentável pelo período de 2008 a 2021 nas bases Web of Science, Scielo e Scopus. A sistematização foi viável por meio da metodologia de RSL PRISMA *For Scoping Reviews*, pré-definindo variáveis de análise e seleção de dados a serem trabalhados durante a busca bibliográfica nas bases, com o registro do processo de categorização a ser replicado por outros pesquisadores. Para além, a pesquisa, enquanto um espaço de aprendizagem coletivo, construiu um conhecimento de meta-análises textuais a partir da prática de ferramentas de análise de conteúdo e Revisão Sistemática.

Desse modo, o agrupamento literário acerca da Mudança Institucional concebe a inserção dos ODS na pauta internacional a partir de 2015 diante de uma curva exógena, que adentra do internacional ao nacional, a qual modela os procedimentos internos nas múltiplas instituições exemplificadas. Isto ocorre, sobretudo, mediante um novo entendimento compartilhado dos princípios, instrumentos e métricas no alcance de melhores índices de sustentabilidade em 2030, marco temporal estabelecido pela Agenda da ONU.

Considerando tais fatores elencados na literatura, sem mudanças, não existem estabilidades que caracterizam as instituições. O aumento da produção científica acerca do Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030 a partir de 2016 evidencia uma alta no interesse acadêmico pela assimilação interna de agendas globais, embora deva-se considerar significativas disparidades das capacidades institucionais entre as análises empíricas em todos os locais-objeto das pesquisas. Tais assimetrias interferem diretamente na internalização de práticas sustentáveis ou dos ODS tanto a nível burocrático, social ou histórico.

Em síntese, os resultados da pesquisa abrem potenciais de análises futuras para identificação de padrões em clusters textuais do corpus selecionado, bem como a atualização bibliográfica, de modo a verificar novas perspectivas dos autores aos Objetivos no cenário institucional, sobretudo no cenário pós-pandêmico. A revisão também proporcionou a identificação temporal de lacunas no campo das análises institucionais aplicadas ao Desenvolvimento Sustentável, evidenciadas em crescente nos últimos quatro anos. Além

disso, espera-se que a atual revisão possibilite a ampliação do campo brasileiro escasso e aplicação destes resultados em instituições e contextos nacionais, expandindo a percepção de impacto a tecidos institucionais distintos das percepções europeias abarcadas pela literatura estrangeira predominante.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, M. *et al.* “Políticas públicas: modelos clássicos e 40 anos de produção no Brasil”. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 94, agosto, 2021.

CAMPBELL, John L. **Institutional change and globalization**. Princeton University Press, 2004.

CAMPBELL, John L. Why would corporations behave in socially responsible ways? An institutional theory of corporate social responsibility. **Academy of management Review**, v. 32, n. 3, p. 946-967, 2007.

ALVES, Elia Cia *et al.* Como fazer uma revisão sistemática da literatura? Um guia prático de governança marinha. In: FERNANDES, I. F. **Desafios metodológicos das Políticas Públicas baseadas em evidências**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022. p.121-158.

CORTELL, Andrew P.; DAVIS JR, James W. Understanding the domestic impact of international norms: A research agenda. **International Studies Review**, v. 2, n. 1, p. 65-87, 2000.

BARBIERI, José Carlos *et al.* Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de administração de empresas**, v. 50, p. 146-154, 2010.

BROMBAL, Daniele; MORIGGI, Angela. Institutional Change in China’s Sustainable Urban Development. A Case Study on Urban Renewal and Water Environmental Management. **China Perspectives**,v. 2017, n. 2017/1, p. 45-56, 2017.

DEDEURWAERDERE, Tom. Transdisciplinary sustainability science at higher education institutions: science policy tools for incremental institutional change. **Sustainability**, v. 5, n. 9, p. 3783-3801, 2013.

DENDLER, Leonie. Sustainability meta labelling: an effective measure to facilitate more sustainable consumption and production?. **Journal of Cleaner Production**, v. 63, p. 74-83, 2014.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American sociological review**, p. 147-160, 1983.

D’SOUZA, Clare *et al.* Sustainability for ecotourism: work identity and role of community capacity building. **Tourism recreation research**, v. 44, n. 4, p. 533-549, 2019.

DUNLOP, Claire A.; RUSSEL, Duncan. Watching the Detectives: Explaining regulators' roles in the integration of sustainable development in UK public services. **Public Management Review**, v. 14, n. 5, p. 681-704, 2012.

FORCADELL, Francisco Javier; ARACIL, Elisa. Can multinational companies foster institutional change and sustainable development in emerging countries? A case study. **Business Strategy & Development**, v. 2, n. 2, p. 91-105, 2019.

GARCÍA-SÁNCHEZ, Isabel-María *et al.* The drivers of the integration of the sustainable development goals into the non-financial information system: Individual and joint analysis of their influence. **Sustainable Development**, v. 30, n. 4, p. 513-524, 2022.

- HÄIKIÖ, Liisa. Institutionalization of sustainable development in decision-making and everyday life practices: A critical view on the Finnish case. **Sustainability**, v. 6, n. 9, p. 5639-5654, 2014.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary CR. Political science and the three new institutionalisms. **Political studies**, v. 44, n. 5, p. 936-957, 1996.
- KIM, Churin; KIM, Kyung-ah. The institutional change from e-government toward smarter city; comparative analysis between Royal Borough of Greenwich, UK, and Seongdong-gu, South Korea. **Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity**, v. 7, n. 1, p. 42, 2021.
- KLAGGE, B.; MEISTER, T. Energy cooperatives in Germany—an example of successful alternative economies?. **Local Environment**, v. 23, n. 7, p. 697-716, 2018.
- KURIAN, Mathew *et al.* One swallow does not make a summer: Siloes, trade-offs and synergies in the water-energy-food nexus. **Frontiers in Environmental Science**, v. 7, p. 32, 2019.
- LAITNER, John. Institutional perspectives on the productive use of resources. **Экономическая политика**, v. 15, n. 2, p. 8-17, 2020.
- LASHITEW, Addisu A. Corporate uptake of the Sustainable Development Goals: Mere greenwashing or an advent of institutional change?. **Journal of International Business Policy**, v. 4, p. 184-200, 2021.
- LIN, Brian Chi-ang. More government or less government? further thoughts for promoting the government. **Journal of Economic Issues**, v. 42, n. 3, p. 803-821, 2008.
- GALLELI, Bárbara *et al.* Institutional Pressures, Sustainable Development Goals and COVID-19: How Are Organisations Engaging? **Sustainability**, v. 13, n. 21, p. 12330, 2021.
- LLAMAS-SANCHEZ, Rocio; GARCIA-MORALES, Victor; MARTIN-TAPIA, Inmaculada. Factors affecting institutional change: A study of the adoption of Local Agenda 21 in Spain. **Journal of Organizational Change Management**, 2013.
- LOCKWOOD, Matthew *et al.* Historical institutionalism and the politics of sustainable energy transitions: A research agenda. **Environment and Planning C: Politics and Space**, v. 35, n. 2, p. 312-333, 2017.
- LUSTOSA, Frederico. Instituições, cultura e desenvolvimento sustentável na bacia cultural do Araripe. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 8, p. 146-165, 2010.
- MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, p. 121-142, 2008.
- MARTÍNEZ, Joyde Giacomini *et al.* Revealing Curitiba's flawed sustainability: How discourse can prevent institutional change. **Habitat International**, v. 53, p. 350-359, 2016.
- MENEZES, Henrique Zeferino de. Apresentando os objetivos de desenvolvimento sustentável. In: MENEZES, Henrique Zeferino de (org.). **Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais**. João Pessoa: UFPB, Introdução, 2019.

MONTESANO, Francesco S. *et al.* Can the sustainable development goals green international organisations? Sustainability integration in the International Labour Organisation. **Journal of Environmental Policy & Planning**, v. 25, n. 1, p. 1-15, 2023.

NYE, M.; TAPSELL, Sue; TWIGGER-ROSS, C. New social directions in UK flood risk management: moving towards flood risk citizenship?. **Journal of flood risk management**, v. 4, n. 4, p. 288-297, 2011.

OLIVEIRA, Jose A. Rio+ 20: what we can learn from the process and what is missing. **Cadernos Ebape**. br, v. 10, p. 492-507, 2012.

ONU BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Nações Unidas Brasil. 2022.. ONU. A/RES/70/1. Agenda 2030. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

PLA-JULIÁN, Isabel; GUEVARA, Sandra. Mainstreaming gender and sustainability jointly: a case study from a local government in Spain. **Local Environment**, v. 25, n. 3, p. 258-271, 2020.

POULIOT, Vincent. Historical institutionalism meets practice theory: Renewing the selection process of the United Nations Secretary-General. **International Organization**, v. 74, n. 4, p. 742-772, 2020.

RANJBARI, Meisam *et al.* Three pillars of sustainability in the wake of COVID-19: A systematic review and future research agenda for sustainable development. **Journal of Cleaner Production**, v. 297, p. 126660, 2021.

SAARI, Ulla A. *et al.* The vegan trend and the microfoundations of institutional change: A commentary on food producers' sustainable innovation journeys in Europe. **Trends in food science & technology**, v. 107, p. 161-167, 2021.

SCHMIDT, Vivien A. Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth 'new institutionalism'. **European political science review**, v. 2, n. 1, p. 1-25, 2010.

SJÖSTEDT, Martin. Resilience revisited: taking institutional theory seriously. **Ecology and Society**, v. 20, n. 4, 2015.

SÖDERBAUM, Peter. Making actors, paradigms and ideologies visible in governance for sustainability. **Sustainable Development**, v. 17, n. 2, p. 70-81, 2009.

STORY, William T. *et al.* Institutionalizing community-focused maternal, newborn, and child health strategies to strengthen health systems: a new framework for the Sustainable Development Goal era. **Globalization and health**, v. 13, n. 1, p. 1-13, 2017.

THELEN, Kathleen. Historical institutionalism in comparative politics. **Annual review of political science**, v. 2, n. 1, p. 369-404, 1999.

TOKUMARU, Natsuka. Coevolution of institutions and residents toward sustainable global development: a case study on the Kuni Umi solar power project on Awaji Island. **Evolutionary and Institutional Economics Review**, v. 17, n. 1, p. 197-217, 2020.

TRECHSEL, Lilian J. *et al.* Mainstreaming education for sustainable development at a Swiss university: Navigating the traps of institutionalization. **Higher education policy**, v. 31, p. 471- 490, 2018.

VAN ZANTEN, Jan Anton; VAN TULDER, Rob. Multinational enterprises and the Sustainable Development Goals: An institutional approach to corporate engagement. **Journal of International Business Policy**, v. 1, p. 208-233, 2018.

WEISS, Marie; BARTH, Matthias; VON WEHRDEN, Henrik. The patterns of curriculum change processes that embed sustainability in higher education institutions. **Sustainability Science**, v. 16, n. 5, p. 1579-1593, 2021.

YANG, Lihua; WU, Jianguo. Knowledge-driven institutional change: An empirical study on combating desertification in northern china from 1949 to 2004. **Journal of Environmental Management**, v. 110, p. 254-266, 2012.

YDERSBOND, Inga Margrete. Power through Collaboration: Stakeholder influence in EU climate and energy negotiations. **International Negotiation**, v. 23, n. 3, p. 478-514, 2018.

ZEIGERMANN, Ulrike. Scientific knowledge integration and the implementation of the SDGs: comparing strategies of sustainability networks. **Politics and governance**, v. 9, n. 1, p. 164-175, 2021.